

ANTROPOLOGIA DOS MEDICAMENTOS: O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS NO BRASIL

ANTROPOLOGÍA DE LOS MEDICAMENTOS: EL ESTADO DEL ARTE DE LA INVESTIGACIÓN EN BRASIL

*Ana Cláudia Camargo

Recebido em: 12/10/2020

Aceito em: 15/11/2020

Resumo

Este trabalho é uma revisão bibliográfica da produção antropológica brasileira sobre medicamentos nas últimas duas décadas, analisando as áreas de interesse dos autores e discutindo o próprio conceito de “medicamentos”. Foram analisados 25 artigos publicados em periódicos de “estrato superior” da avaliação Qualis da CAPES atualizados em 2019, além de dois periódicos interdisciplinares com foco em saúde. Embora sejam geralmente estudados pelas “hard sciences”, a antropologia nos lembra que os medicamentos se tratam de objetos cujo princípio não se dissocia do plano simbólico que perfaz a cultura. Os resultados encontrados sugerem que, embora ainda existam lacunas teóricas, parece haver no Brasil um número crescente de pesquisas sobre medicamentos.

Palavras-chave: Antropologia; Medicamentos; Revisão bibliográfica.

Resumen

Este trabajo es una revisión bibliográfica de la producción antropológica brasileña sobre medicamentos en las últimas dos décadas, analizando las áreas de interés de los autores y discutiendo el concepto mismo de “medicamentos”. Se analizaron veinticinco artículos publicados en las revistas de evaluación Qualis de CAPES actualizadas en 2019, además de dos revistas interdisciplinarias centradas en la salud. Aunque generalmente son estudiadas por las “ciencias duras”, la antropología nos recuerda que las medicinas son objetos cuyo principio no puede disociarse del plano simbólico que configura la cultura. Los resultados encontrados sugieren que, aunque todavía existen lagunas teóricas, parece haber un número creciente de investigaciones sobre medicamentos en Brasil.

Palabras-clave: Antropología; Medicamentos; Revisión bibliográfica.

1 Introdução

Esta revisão bibliográfica tem o objetivo de apresentar o que se tem produzido sobre medicamentos na antropologia brasileira nas últimas duas décadas, mapeando as áreas de atuação dos antropólogos focados neste tema e discutindo o próprio conceito de “medicamentos”. De acordo com Alice Desclaux (2006: 113), esses “produtos farmacêuticos industriais” têm sido uma preocupação

relativamente recente na história da disciplina, ganhando destaque na antropologia médica somente ao longo da década de 90.

Ao final de 2006, foi publicada no Brasil uma das primeiras contribuições de revisão de literatura diretamente focada na Antropologia dos Medicamentos (DESCLAUX, 2006). O texto originalmente foi recebido

pelo periódico em francês, mas sua tradução para português, feita pela Profa. Rejane Jacqueline de Queiroz Fialho Taillefer, foi um primeiro movimento favorável que tornou o tema mais acessível para o público brasileiro. O artigo carrega em seu título – “O Medicamento, um objeto de futuro na Antropologia da Saúde” – uma ideia promissora de inovação referente à temática, mas também da importância dos medicamentos enquanto campo de pesquisa antropológica. O trabalho conta com uma vasta apresentação bibliográfica do que se tinha produzido sobre o tema até então – ainda que sejam citados majoritariamente autores de tradição inglesa e francesa. Ao final do trabalho, Desclaux (2006) ressalta que

A contribuição que a antropologia brasileira poderá trazer para a análise destas questões será amplamente apreciada, porque os esforços dos atores do sistema de atendimento brasileiro em favor de acesso igualitário aos medicamentos são reconhecidos no plano internacional e os efeitos sociais e culturais desta política não foram totalmente descritos (2006: 126).

Passados seis anos deste apelo, em 2012, o Dossiê temático “Antropologia e Medicamentos” foi publicado na R@U, Revista de Antropologia Social dos Alunos PPGAS-UFSCar. Grande parte dos trabalhos que compuseram o dossiê, são derivações de apresentações feitas no Grupo de Trabalho “Antropologia e Medicamentos”, o primeiro com este tema no âmbito dos eventos da área, realizado na Reunião de Antropologia do Mercosul de 2011, em Curitiba [1]. O dossiê publicado na R@U era constituído por cinco artigos singulares e criativos, que continham desde pesquisa em contexto indígena (DIEHL e ALMEIDA, 2012), à relação humanos e não humanos

(SEGATA, 2012) e voltados à teoria antropológica (MANICA, 2012; MARRAS, 2012). Composto o dossiê, também havia uma revisão de literatura a respeito de medicamentos (CASTRO, 2012), na qual a autora apresenta um resgate de quatro principais abordagens teórico-metodológicas, pareando-as para comparar como cada uma trabalha a categoria medicamento. Seja a partir de uma perspectiva biográfica, econômica, processual ou ligada à antropologia da técnica, a antropóloga Rosana Castro nos ilumina acerca de possibilidades de análise das relações e representações dadas aos medicamentos em seus mais diversos contextos de pesquisa (CASTRO, 2012). Além dos cinco artigos originais, é publicada uma tradução de Pignarre, que mais uma vez nos aproxima de uma Antropologia da Saúde empreendida na França, e uma breve abertura escrita por Rogério Azize (2012). Nela, o autor reforça a necessidade do olhar qualitativo, social e reflexivo acerca dos significados colocados nos medicamentos, pílulas e remédios. Para o antropólogo, há um gap entre o tema e as áreas das ciências sociais e humanas, que muito têm a contribuir.

Assim, a urgência da Antropologia voltar sua atenção para a temática dos medicamentos se dá por diversos motivos, articulados de diferentes formas pelos autores citados acima. Opto por resumir e compilar alguns dos principais argumentos aqui: I) os medicamentos não devem ser apenas estudados pelas “hard sciences”, visto que também são repletos de significados sociais e culturais; II) a base terapêutica da medicina moderna é alopática e a centralidade dos fármacos nos processos de saúde e doença no Ocidente é inegável; III) processos de fluxo, globalização, mas também de economia, ciência

e ética podem ser discutidos a partir das pesquisas em medicamentos.

Desse modo, um balanço bibliográfico sobre o tema dos medicamentos na Antropologia tem tanto uma função descritiva do que se tem produzido nos últimos anos, apontando para as áreas de interesse dos pesquisadores que publicam no Brasil, mas também de indicar lacunas e hiatos que ainda merecem atenção. Em conjunto com estes trabalhos indicados acima, a presente pesquisa também pode servir como uma breve apresentação teórica das contribuições da Antropologia para interessados de outras áreas de conhecimento. Por fim, balanços bibliográficos não deixam de ser instrumentos que, ao resgatar a literatura sobre um tema específico, valorizam o que foi produzido, facilitam uma linha argumentativa cronológica, assim como (re)aquecem e enriquecem a discussão proposta.

2 Passos metodológicos para a busca bibliográfica

O presente artigo foi feito com base na avaliação Qualis da CAPES atualizada em 2019. Do documento, foram selecionados 40 periódicos de Antropologia latino-americanas considerados de “estrato superior”, ou seja, de classificação A1, A2 e B1. Posteriormente, também foram adicionadas duas revistas brasileiras interdisciplinares, sendo elas *Ciência & Saúde Coletiva* e *Saúde e Sociedade*. Essas duas revistas foram escolhidas por contarem com ampla contribuição de autores antropólogos. Isso foi necessário por conta da quantidade de trabalhos relativamente baixa encontrados nas revistas que têm a Antropologia como “área-mãe”. Por esse motivo, dessas duas últimas revistas, os textos foram selecionados sob

a condição de serem da Antropologia. Os textos foram buscados diretamente na página virtual de cada revista, e também na plataforma Scielo – para quem nela está – adotando os seguintes unitermos: “medicamento”, “remédio”, “droga”, “farmácia”, “fármaco”, “indústria farmacêutica”, “medicação”, “medicalização”. A depender da nacionalidade do periódico, a busca também era feita com os termos em espanhol e inglês.

A primeira dificuldade na busca foi de cunho conceitual. Ao buscar os unitermos citados, sobretudo a palavra “remédio”, eram encontrados textos sobre curas naturais, plantas, valor terapêutico da água, medicinas indígenas como Ayahuasca e Kambô, Ayurveda, entre outros. Para me ajudar nesse sentido, adotei como critério de seleção textos que tratassem de medicamentos seguindo a definição de “Pharmaceuticals” de GEEST (2018), que também discorreu brevemente sobre o problema

“Fármacos são substâncias fabricadas industrialmente para diagnosticar, tratar ou prevenir doenças ou regular a fertilidade. Eles são produzidos de várias formas, como comprimidos, cápsulas, pós, fluidos, sprays, vacinas e pomadas. O termo “remédios” é comumente usado como sinônimo de “fármacos”, mas há uma diferença significativa: o primeiro abrange substâncias corretivas em qualquer tradição médica, enquanto o segundo é restrito aos medicamentos produzidos industrialmente na tradição biomédica. O termo é, portanto, conveniente para excluir medicamentos não biomédicos, como ervas, amuletos, e objetos sagrados de discussões em antropologia médica, sem parecer excessivamente etnocêntrico.” (2018:1) (tradução livre da autora). [2]

Opto por utilizar a definição de “fármacos” dada por GEEST (2018) para compreender o que se entende por “medicamentos” na presente pesquisa. Feito este primeiro

recorte, também foi necessário avaliar quais os textos tinham os medicamentos como tema principal. Havia textos variados sobre envelhecimento, demência, interrupção da gestação, uso recreativo de drogas, infecções sexualmente transmissíveis e outros sobre a prática médica, mas também acerca da judicialização e análises mais amplas sobre o SUS. Visto que havia uma grande abrangência temática e por questões de viabilidade, estes foram retirados da lista, de forma que foram priorizados textos com enfoque nos medicamentos.

Após passar por diversas modificações – a lista crescia e decrescia constantemente – o documento bibliográfico final continha 25 textos. Esses trabalhos foram publicados nos seguintes periódicos: “Amazônica”, “Revista de Antropologia”, “Anuário Antropológico”, “Horizontes Antropológicos”, “Campos”, “Cadernos Pagu”, “Vibrant”, “Mana”, “Sociedade e Cultura”, “Ciência & Saúde Coletiva”, “Saúde e Sociedade”. A ideia inicial do trabalho era fazer uma revisão bibliográfica de textos publicados em revistas de toda a América Latina, de forma que revistas como “Antípoda”, “Revista Colombiana de Antropología”, “Panorámicas”, “Boletín Antropológico”, “Anales de Antropología”, entre outras, também foram pesquisadas. Nessas revistas, entretanto, nenhum dos textos encontrados se adequava ao conceito de medicamento discutido acima por GEEST (2018) e utilizado como critério na seleção deste artigo. A falta de textos publicados com essa temática em outros países é um dado interessante que será analisado com mais atenção no final deste trabalho.

Para organizar o artigo, os 25 artigos analisados foram divididos em três sessões, respeitando a ordem

cronológica de publicação: a primeira seção, que apresenta 5 artigos, publicados entre 2002 e 2008; a segunda seção, que apresenta 10 trabalhos, publicados entre 2011 e 2015 e, finalmente, a terceira seção, que apresenta 10 textos, publicados entre 2016 e 2019. Em seguida, faço um apanhado analítico das questões mais proeminentes nos trabalhos apresentados, tentando conectá-las à sua data de publicação, buscando lacunas e, sobretudo, agrupando-os em temáticas, de forma que seja possível pensar em tendências entre os estudos sobre medicamentos na antropologia no contexto aqui proposto.

3 Apresentação dos textos (2002 - 2008)

Stelio Marras (2002), antropólogo vinculado à Universidade de São Paulo (USP), publica na Revista Campos uma pesquisa teórica e bibliográfica fundamentada em autores internacionais como Bruno Latour, Philippe Pignarre e Michel Foucault. Com uma reflexão voltada inicialmente para os “nascimentos” dos medicamentos (os laboratórios), o autor lança questionamentos em relação à tradicional divisão entre natureza versus cultura neste contexto, colocando-a em outros termos: o da ciência versus placebo. O autor argumenta que a ciência ocidental, episteme da cosmologia moderna como um todo, é sustentada por meio de um pensamento biologizante, que opera colocando o ser humano, a doença, seus diagnósticos e suas causas nessa lógica naturalista. A indústria farmacêutica e o fabrico sintético da molécula medicamentosa, em suas mais diversas fases, estaria sustentada nessa mesma lógica ligada ao natural, clínico, científico, de “pureza laboratorial” (MARRAS, 2002).

O efeito placebo apareceria como um “fantasma a ser eliminado”, mas constantemente presente – afinal, tratando-se de seres humanos, não há como desvincular-se da cultura. O autor considera a eliminação de qualquer aspecto cultural o maior desafio da indústria médica, das ciências e dos cientistas (MARRAS, 2002). O objetivo é, na verdade, reduzir o medicamento aos elementos da natureza, biológicos, de forma que fossem controlados, organizados, previsíveis, objetificados e, principalmente, não subordinados à subjetividade. Testes “contra-placebo”, e “duplo-cego” são, para Marras, instrumentos da indústria científica para tentar eliminar qualquer aspecto subjetivo da molécula medicamentosa a ser lançada no mercado. Marras (2002) afirma que, mesmo com todos esses testes e instrumentos, a pureza química absoluta desses objetos segue contestável, visto que “nada é absorvido - nunca, por definição - sem antes ser simbolizado.” (2002: 125). O autor nos mostra como a cultura permanece presente, inclusive, quando se trata do comportamento desses compostos químicos.

Após essa publicação, há um primeiro interstício sobre este tema nas revistas aqui pesquisadas, visto que o próximo (VARGAS, 2006) só foi lançado após quatro anos. No artigo publicado pela Revista de Antropologia da USP, Eduardo Vargas (2006) questiona a própria distinção entre “drogas” e “fármacos”. O que o autor avalia é que ambos requerem uma preparação meticulosa no momento do consumo, sendo essa uma das semelhanças que torna impossível distingui-los enquanto objetos. O autor avalia que o “dispositivo das drogas” tem uma característica ambivalente: tanto drogas ilícitas ou fármacos possuem efeitos bioquímicos, mas o que os diferencia é um

consenso moral fabricado pela cultura. Vargas (2006) analisa a “onda”, ou seja, as sensações corporalmente experimentadas com o uso de químicos, como um evento fabricado, incontrolável e imprevisto entre os usuários. O paradoxo se encontra no fato de que o objetivo de “sair do eu” é voluntariamente construído pelo próprio sujeito, tornando-se um “jogo da alter-ação”, conceito que perpassa a alteridade, o transformar-se no Outro e o sair de si mesmo a partir do uso desses químicos. Segundo o autor, as diferenças entre as drogas terapêuticas e as drogas ilícitas são sociais – já que quando se trata de moléculas e efeitos orgânicos, não há juízo de valor. Os medicamentos aparecem de uma forma complexa: são comparáveis às drogas ilícitas em alguns sentidos, já que o que os difere é o agenciamento, de uma forma relacional – não necessariamente por suas propriedades, pelo indivíduo ou pelo organismo, mas por todo esse conjunto, concomitantemente real e construído.

Ao passo que os trabalhos de Marras (2002) e Vargas (2006) são referentes ao sentido dado aos medicamentos e drogas – seja pela indústria farmacêutica, por seus usuários ou pela sociedade – o texto publicado na revista Sociedade e Cultura por Lôbo (2008), explora de forma materialista como é o cotidiano fabril da indústria farmacêutica. A partir de entrevistas e depoimentos dados pelos trabalhadores, a autora analisa as relações de trabalho dentro dessa indústria, mostrando contradições e incoerências. A rígida rotina de trabalho enfrentada pelos funcionários, a cobrança e fiscalização extremas baseadas no conceito de qualidade exigido pelas normas da legislação sanitária e a oneração do trabalhador, isentando a responsabilidade da empresa sempre que possível, são

aspectos ressaltados pela autora (LÔBO, 2008).

A análise em relação aos medicamentos e à sua indústria aparece primeiramente em um caráter objetivo, baseado em seus âmbitos legais, econômicos e trabalhistas. Por outro lado, a autora entra em uma discussão sobre os procedimentos de controle e disciplinarização a que se sujeita o corpo do trabalhador: proibições estéticas baseadas em um ideal de suposta assepsia e controle sanitário, que acabam em uma negação do indivíduo, massificando-o e tornando-o inidentificável. Neste sentido, há uma aproximação entre a discussão que Marras (2002) propõe, visto que todas essas normas de controle, fiscalização e proibição não deixam de ser tentativas de eliminar o ser humano (enquanto indivíduo) do processo de criação desse químico, baseadas, no caso de Lôbo (2008), em critérios da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

No mesmo ano, João Biehl (2008) publica na Revista de Antropologia da USP um intenso relato da vida de Catarina Inês Gomes Moraes, paciente internada no Vita, instituição asilar que recolhe socialmente abandonados. Utilizando-se da narrativa de Catarina em sua descrição etnográfica, as experiências da interlocutora se mesclam entre o antes e depois da internação, enquanto mulher e enquanto paciente. O autor faz diversas análises, mas que pairam, sobretudo, acerca do aumento do uso indiscriminado de psicofármacos em camadas populares após a reforma psiquiátrica no Brasil. Conforme o antropólogo explica, os fármacos e a pharmaceuticalização apareciam como objetos atribuídos no tratamento aos pobres das cidades, em um contexto de escassez de verbas públicas e de falta de política adequada de desinstitucionalização (BIEHL,

2008).

O autor aponta que há um tipo de “experimentalismo farmacológico” na prática médica, de forma que os medicamentos se encarregam da maior parte do trabalho terapêutico, acarretando em um paciente híbrido, com sintomas tanto tratados quanto causados pelo uso extensivo de psicofármacos. Para Biehl (2008), o capitalismo é um personagem central dessa história, já que “há uma ciência de fazer dinheiro na moléstia de Catarina” (2008: 435). Em um contexto no qual a família é a substituição de um Estado omissor, Catarina foi duplamente abandonada, com uma morte social sancionada por ambos. Por fim, o autor explica que os psicofármacos e psicotrópicos acabam funcionando como “tecnologias morais”, sendo mediadores do abandono social de Catarina. Sua potência enquanto tecnologia se desvela não só pelo valor de verdade científica que possuem, mas também por suas alterações químicas – muitas vezes irreversíveis (BIEHL, 2008).

No mesmo ano, Azize (2008) também faz uma publicação referente a psicotrópicos, mas se incube de analisar os discursos presentes na divulgação de “doenças e medicamentos do cérebro”. Na reflexão publicada no periódico *Mana*, o autor aponta o lugar de destaque ocupado pelo cérebro na contemporaneidade ocidental, não só em relação ao discurso biomédico, mas aparecendo na mídia e no discurso leigo com igual importância. O autor examina o discurso dos grupos farmacêuticos em propagandas de medicamentos para depressão e ansiedade. Ao defender que há, desde o fim do século XX, uma noção cada vez mais intensa de um “sujeito cerebral”, ou seja, o cérebro no centro da noção de pessoa, o autor argumenta que estão

sendo cada vez mais borradas as fronteiras entre cérebro, o órgão, e ideias menos materiais, como a mente (AZIZE, 2008).

Neste sentido, Azize (2008) alerta que um processo de construção social de doenças relacionadas ao sistema nervoso pode estar em curso nas últimas décadas, alicerçado nas concepções fisicalistas e biologizantes que levam à um reducionismo medicalizante de estados não necessariamente patológicos. Ao nos lembrar do crescimento disparado dos números de pessoas diagnosticadas com depressão e ansiedade nas últimas décadas, o autor discute como os medicamentos ansiolíticos e antidepressivos podem estar sendo utilizados mais como tecnologias de enhacement, ou seja, de melhoria de si, do que para, de fato, tratar de patologias. Esse processo leva à uma medicalização da própria vida, tornando características subjetivas mais propensas a serem tratadas como sintomas médicos (AZIZE, 2008).

O capitalismo, a indústria farmacêutica e a ideia dos medicamentos psicotrópicos como uma tecnologia moral aparecem nos artigos assinados por Biehl (2008) e Azize (2008). Em Azize (2008), os medicamentos possuem uma qualidade de panacéia, evidenciada pela busca dos consumidores das classes médias urbanas para remediar perturbações e ampliar características desejáveis, em um processo físico-moral de (re)construção de si. Já em Biehl (2008), aparecem como uma terapêutica padronizada nos tratamentos psiquiátricos destinados às classes populares, de forma que o processo de construção de si acontece não como uma opção do paciente, mas como uma resposta de um “experimentalismo médico” e um “automatismo não regulados”. O fato de os medicamentos psicotrópicos

serem carro-chefe da terapêutica destinada aos pacientes internados, como Catarina, fabrica corpos híbridos, indivisíveis entre as barreiras dos efeitos farmacológicos e o indivíduo sendo tratado. Ambos os trabalhos permitem refletir sobre as subjetividades dos processos de saúde e adoecimento, de forma que os sintomas são tratados, co-criados e reforçados pelas terapêuticas farmacológicas. Estes artigos também convidam a analisar de que maneira o capitalismo e a indústria farmacêutica usam de discursos biologizantes para criar novos mercados consumidores, em tão distintos contextos e perspectivas.

4 Um segundo momento (2011 - 2015)

Em 2011, o periódico Horizontes Antropológicos publicou o dossiê “Ciência, poder e ética: implicações e desdobramentos antropológicos”. Nele, Adriana Petryna escreveu o artigo “Experimentalidade: Ciência, capital e poder no mundo dos ensaios clínicos” (PETRYNA, 2011). Por meio de uma “linguagem da crise” comum em epidemias ou países marginalizados, Petryna (2011) discute como as circunstâncias que determinam o permitido e o não-permitido, ao tratar de experimentações de medicamentos em seres humanos, tornam-se menos definidas. A autora diferencia a indústria farmacêutica da indústria de ensaios clínicos, ligada às organizações de pesquisa terceirizadas contratadas pelas companhias farmacêuticas para realizar seus estudos, geralmente em países menos desenvolvidos. A autora alerta, ainda, para os perigos da protocolização da judicialização de medicamentos no Brasil, que, combinada com uma frágil supervisão regulatória, pode ser uma estratégia conveniente

para o crescimento financeiro incomensurável do mercado farmacêutico. Assim, a autora mostra como a própria lógica de produção e experimentação de fármacos está ligada a discussões geopolíticas, econômicas e de relações de poder onipresentes no capitalismo (PETRYNA, 2011).

A antropóloga Fabíola Rohden participou do dossiê com um artigo sobre o que logo viria a ser um tema de interesse preponderante em sua trajetória acadêmica, a medicalização da sexualidade masculina (ROHDEN, 2011). O consumo de hormônios e o que se tem como uma “medicalização da sexualidade” são temas que tornaram-se constantes entre os artigos aqui analisados a partir deste momento. Ao apresentar o Distúrbio Androgênico do Envelhecimento Masculino (DAEM), análogo a andropausa masculina, a autora discute como esse “distúrbio” está diretamente relacionado a um novo modelo de envelhecimento masculino que privilegia a sexualidade, em meio à um discurso de valorização do corpo jovem, sadio e extremamente ativo. A autora mostra como a ciência e a indústria farmacêutica ligam-se diretamente à mídia e à propaganda no processo de construção de novas entidades consideradas como patológicas, “doenças”, descobertas concomitantemente com suas recém-lançadas “curas”, em formato de cápsulas, pílulas e injeções (ROHDEN, 2011).

No ano seguinte, Rohden (2012) publica na *Ciência & Saúde Coletiva* mais um texto vinculado à sua pesquisa de sexualidade com ênfase na masculinidade, “Capturados pelo sexo: a medicalização da sexualidade masculina em dois momentos”. Neste trabalho, a autora reflete sobre a medicalização da sexualidade masculina a partir do contraponto entre dois processos históricos: as campanhas brasileiras em torno da sífilis, no início do

século XX, que levaram à intervenção na sexualidade masculina e a atual medicalização dos homens via o foco na disfunção erétil. Rohden (2012) defende que processos de biomedicalização estão centrados em um surgimento de uma nova lógica de “regime de verdade” baseada na responsabilização individual. A estratégia para atrair homens para serviços de saúde vem como um discurso dos urologistas que não se restringe a enfatizar a doença, mas tratar a saúde como um bem, ao prometer o melhoramento dos processos de ereção.

No ano seguinte, Langdon, Fóller e Maluf (2012) publicam no *Anuário Antropológico* o artigo “Um balanço da antropologia da saúde no Brasil e seus diálogos com as antropologias mundiais”, que consiste em uma revisão de literatura da antropologia da saúde nacional, analisando as produções e linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação em Antropologia Social do Brasil. Os medicamentos não são proeminentes neste artigo. Mas ainda nesse ano, a antropóloga Soraya Fleischer, da Universidade de Brasília, publica na revista *Saúde e Sociedade* outro texto que leva protagonismo aos medicamentos (FLEISCHER, 2012). Neste artigo, a autora se propõe a investigar a “cultura dos medicamentos” presente em um bairro de Ceilândia, cidade situada na periferia do Distrito Federal, entre pessoas que conviviam com hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus (FLEISCHER, 2012). Os medicamentos foram identificados pela autora como um excelente “atalho etnográfico” (FLEISCHER, 2012) para iniciar conversas, despertar novas questões e descobrir outras camadas da vida de seus interlocutores.

No próximo ano, Bittencourt e Maluf (2013) publicam na revista *Mana* uma análise histórico-

conceitual em torno dos medicamentos antidepressivos a partir da investigação em um livro-texto de farmacologia. As autoras apresentam de que maneira os medicamentos antidepressivos foram apresentados desde a década de 40, percebendo as diferenças no discurso e elucidando como seu uso foi justificado pelo olhar da farmacologia. As autoras acentuam o caráter flexível das classificações nessa área, apresentando as opacidades do discurso médico ao referir-se de doenças psíquicas, retomando, a partir da análise histórica, seu caráter subjetivo – já discutido aqui em textos apresentados anteriormente.

O texto de Faro et. al (2013) publicado no mesmo ano na revista *Cadernos Pagu*, nos retoma discussões que circunscrevem gênero, medicamentos e sexualidade. No artigo, as autoras utilizam o material publicitário de quatro fármacos desenvolvidos para tratamento da “disfunção erétil” (DE) para analisar os discursos de marketing farmacêutico. As autoras analisam a construção discursiva nesses materiais inerente à consolidação da DE como um fenômeno fisiológico, um “problema médico” a ser “resolvido”, ou seja, uma demanda médica construída. Os medicamentos apareceriam como inéditas tecnologias biomédicas voltadas para a “solução” de novas “patologias”, evidenciando claramente a circularidade do processo de medicalização/biomedicalização. As autoras retomam o trabalho de Rohden (2011, 2012) ao enfatizar que processos biológicos normais do envelhecimento passaram a ser vistos como inaceitáveis, de forma que o corpo masculino passa a ser alvo de intervenções biomédicas. As autoras mostram que mesmo processos aparentemente fisiológicos, como a DE, também são construções históricas e culturais que criam normas e maneiras “corretas” de compreender o

corpo. A ciência, as moléculas e a cultura se unem em uma construção de masculinidade centrada na sexualidade, no não-envelhecimento e na eficácia, de forma que os medicamentos e o corpo se constroem como um híbrido do corpo-tecnologia, retomando a opaca fronteira entre natureza e cultura (FARO et al., 2013).

No mesmo ano, Menezes (2013) publica na *Revista Amazônica* um artigo sobre a transformação dos sentidos da esperança, analisando o processo histórico de como se tornou objeto de medicalização. O aparato biomédico e suas tecnologias passaram a reconfigurar e produzir esperança em relação à saúde e propor uma ideia de “morte com dignidade”, surgida no Ocidente a partir da segunda metade do século XX. No texto, a biomedicina aparece como uma instituição equiparada à religião, no que diz respeito à possibilidade de produzir esperança e prolongar a vida. Os medicamentos aparecem em conjunto com outras tecnologias biomédicas que permitem novas possibilidades de viver e conviver com quadros clínicos antes tidos como terminais (MENEZES, 2013).

No ano seguinte, Picceli e Diaz-Bermúdez (2014) analisam, em um artigo publicado na revista *Saúde e Sociedade (USP)*, o papel dos grupos de mútua ajuda entre pessoas vivendo com HIV/aids na adesão às terapias antirretrovirais. Nesses grupos, a dádiva e o dar-receber-retribuir é aparente para as autoras, ao perceberem que nas reuniões dos grupos, todos ensinam e todos aprendem. A dinâmica dos grupos, que se opõe ao modelo de saúde institucional reducionista e fragmentador, privilegia uma concepção holística daquele corpo, levando em conta experiências subjetivas do adoecer e fazendo com que a pessoa soropositiva não seja vista apenas como um

“tomador de medicamentos”.

Viégas et. al (2015) publicam o trabalho “Apontamentos críticos sobre estigma e medicalização à luz da psicologia e da antropologia”, na Revista Ciência & Saúde Coletiva. Nele, as autoras refletem sobre a dimensão ética das pesquisas realizadas em escolas públicas brasileiras, tecendo críticas às visões organicistas e medicalizantes que, ao estabelecer padrões de normalidade baseados em critérios estritamente biológicos, produzem um estigma que reforça a exclusão escolar. As autoras destacam, ainda, que o acesso aos medicamentos não deve ser tido como um setor da economia – como é atualmente, pela indústria farmacêutica – mas por um direito social. Essa visão, segundo as autoras, evitaria uma medicalização excessiva durante a fase escolar.

5 Mais recentes (2016-2019)

No ano seguinte, Rohden e Alzuguir (2016) publicam um artigo na Cadernos Pagu, no qual analisam a promoção da ocitocina como artefato tecnológico vendido como revolucionário, ascendendo como “hormônio do prazer” e “hormônio do amor” em um contexto de aprimoramento do próprio corpo, como vimos em outros trabalhos anteriores (AZIZE, 2008; ROHDEN, 2011, 2012; FARO et al., 2013). Com publicidade e envolvimento de diversos atores, os tratamentos com ocitocina participam de um processo mais amplo baseado em um “império hormonal”. Nele, hormônios aparecem como aposta biomédica para explicar o desenvolvimento dos corpos, subjetividades e emoções. Os hormônios não são apenas causa de problemas ou doenças, mas passam a ser vendidos como soluções e possibilidades de aumentar

o próprio desempenho. As autoras concluem que, por mais que aparente ser um misto das fronteiras entre os sexos, há uma apresentação absolutamente dicotômica dos corpos e dos comportamentos esperados de homens e mulheres em virtude de uma lógica hormonal. Assim, há um grande peso atribuído às diferenças tidas como inatas, reafirmando-as constantemente.

Os tratamentos hormonais aparecem novamente no artigo de Manica e Nucci (2017) publicado no dossiê “Gênero e sexualidade, saberes e intervenções”, pelo periódico Horizontes Antropológicos. Neste trabalho, as autoras discutem como se deu o desenvolvimento de implantes hormonais subcutâneos no Brasil a partir da atuação do médico Elsimar Coutinho, apontado como maior responsável pela estabilização deste formato de terapêutica no país, com história marcada por controvérsias. Ainda que possuíssem características buscadas pelas usuárias de contraceptivos, como ação prolongada, essa tecnologia logo passou a ser problematizada por movimentos feministas. Como as autoras mostraram, em diversos casos esses artefatos tecnológicos foram colocados como forma de penalização em mulheres sob condição de cárcere ou como política violenta de controle de natalidade. No Brasil, a implantação de hormônios subcutâneos apareceu como uma tecnologia “moderna” e “sofisticada” da biomedicina, propagandeada como “natural” por ser um elemento encontrado no corpo feminino. As autoras discutem a oposição entre “natureza” e “cultura” em um emaranhado de questões de corpo, gênero, biomedicina, hormônios e política.

As articulações entre indústria farmacêutica e a sexualidade feminina como novo nicho de mercado

aparecem novamente no trabalho de Faro e Russo (2017), publicado no mesmo volume da revista Horizontes Antropológicos. As autoras analisam o discurso em torno do medicamento Intrinsic, adesivo de testosterona que promete um aumento no desejo sexual em mulheres. No artigo, foram identificadas três vias distintas utilizadas para aumentar o mercado consumidor para o medicamento citado, o retardamento do envelhecimento e a propaganda do corpo jovem e sexualmente ativo, a estratégia de desvinculação com a terapia de reposição hormonal com estrógenos e seus possíveis efeitos colaterais e sua vinculação ao bem estar e melhoramento corporal.

O tema continua em evidência na publicação de Rohden (2017) na revista Vibrant, na qual a autora entrevista uma dúzia de médicos para investigar como se dá, em seus consultórios, a prescrição hormonal de testosterona para tratar de problemas relacionados à sexualidade feminina. O fascínio pela juventude, a valorização da sexualidade e o retardamento dos primeiros sinais de envelhecimento aparecem como fatores importantes. A autora percebe que a maior parte dos médicos entrevistados têm uma concepção de gênero biologizante e binária, de forma que se relacionam argumentos evolucionistas para defender o uso (ou o não-uso) destes hormônios. Seus maiores efeitos colaterais, para os interlocutores, seriam na “virilização” de mulheres, como com crescimento indesejado de pêlos no corpo, o engrossamento da voz, características que desafiam normas convencionais de gênero entre pessoas cisgêneras. No caso do tratamento de pessoas trans, estes podem justamente ser os efeitos buscados. Assim, a “dose ética” deve ser monitorada para que não transgrida as barreiras de gênero, vistas pelos médicos, em geral, como

binárias e evidentes pelos corpos. O uso de testosterona em mulheres cis poderia indicar uma pausa nessas barreiras de gênero, ainda que, no discurso e na prática de muitos dos médicos entrevistados, esses limites de gênero fossem constantemente reafirmados por meio do discurso embasado na biologia (ROHDEN, 2017).

No mesmo ano, Azize (2017) faz uma análise dos textos publicados no dossiê “Contracepção de emergência no Brasil: desafios para a assistência farmacêutica”, publicado na Revista Saúde e Sociedade. Esse dossiê pretendeu chamar atenção às farmácias e drogarias brasileiras como um local essencial de pesquisa no cenário da saúde. Azize (2017) nos lembra que, no contexto de pesquisa sobre medicamentos, há nestes locais agentes comumente invisibilizados, como farmacêuticos, balconistas, representantes farmacêuticos, consumidores, entre outros. Investigar as regras, valores e costumes desses locais nos permite, segundo o antropólogo, conhecer melhor sobre a dispensação de medicamentos, a distribuição, o consumo e o caráter simbólico destes produtos, para além dos consultórios médicos e hospitais. O autor defende que deve ser dada maior visibilidade em termos de quantidade de pesquisas à categoria profissional de farmacêuticos atuantes na área, visto que, considerando o grande volume de drogarias no país, compreender as práticas e relações destes profissionais é indispensável para entender melhor as redes que permeiam os medicamentos.

Ainda em 2017, as repercussões do caso sobre a fosfoetanolamina sintética, muito noticiado em 2015, são exploradas por Castro e Almeida (2017) em um artigo publicado no Anuário Antropológico. Os autores narram como a substância teve as etapas que configuram a criação

de um medicamento questionadas, devido à urgência de tratamento no qual se encontravam pacientes com câncer em estado avançado. O caso gerou discussão: as autoridades governamentais defendiam que se completasse o “rito de passagem” por meio dos testes clínicos da Anvisa e também pelo procedimento-padrão internacional de criação de medicamentos, que deveria conferir segurança aos usuários. Os pacientes, entretanto, criticavam a demora com que os testes seriam desenvolvidos. O Estado e seus representantes institucionais, assim como cientistas e pacientes apareciam em disputa no cenário evidenciado pelo artigo. Questões sobre o processo ritual de uma substância adquirir o status de medicamento, assim como as complexidades de judicialização no Brasil e as disposições éticas de saúde e segurança destacam-se no texto (CASTRO e ALMEIDA, 2017).

O ano seguinte contou com três publicações relacionadas a medicamentos. A primeira é da autoria de Martinhago (2018) que, em publicação na revista *Ciência & Saúde Coletiva*, analisa por meio de uma etnografia virtual os relatos de mães de crianças diagnosticadas com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e medicadas com Ritalina. A autora compreende que, por meio de uma centralidade do cérebro nos discursos contemporâneos, como também trazido em Azize (2008), percalços normais da vida estão sendo cada vez mais patologizados e tratados com medicamentos, com o discurso de hormônios, química cerebral e outras “neuronarrativas” biomedicalizantes.

Franco (2018) publicou no periódico *Campos* um artigo no qual apresenta a faceta medicalizante dos manicômios judiciários, por meio de uma etnografia em

uma instituição no estado do Rio de Janeiro. A partir da história de Sérgio, apresentado ao longo do texto, o autor mostra como os “tratamentos compulsórios” prescritos no judiciário brasileiro são verdadeiras experimentações farmacológicas no corpo dos internados, defendidas por meio dos discursos dominantes de “medidas de segurança” (FRANCO, 2018). Assim, ainda para FRANCO (2018), quando o indivíduo consente em sujeitar-se ao tratamento farmacológico proposto nessas instituições, a noção de “periculosidade” em torno dessa pessoa é transformada, em um processo de criação de sujeito que deixa de ser “criminoso” para se tornar “doente mental”. Lógica análoga à conferida por Biehl (2008), em sua pesquisa com Catarina, em situação asilar.

No mesmo ano, Bastos, Ventura e Brandão (2018), publicaram na revista *Cadernos Pagu* um trabalho sobre o acesso aos contraceptivos de emergência em países em “desenvolvimento”, no âmbito do Consórcio Internacional sobre Contracepção de Emergência (ICEC). As autoras reforçam o caráter ambíguo do método do contraceptivo de emergência, podendo ser visto como tecnologia disciplinadora do corpo feminino, mas também como objeto de resistência e fonte de autonomia em termos de direitos reprodutivos. As autoras ressaltam que a sexualidade feminina aparece sempre na perspectiva do risco e em função da natalidade, não necessariamente do seu livre exercício, de forma autônoma.

Por fim, o trabalho de Pereira e Azize (2019) publicado na *Revista Saúde e Sociedade*, discute as concepções de corpo no campo da sexualidade e contracepção masculina. Com base na análise do discurso de uma ONG estadunidense, os autores mostram como o

raciocínio do “obstáculo fisiológico” foi construído para justificar a inexistência de um artefato masculino análogo ao anticoncepcional feminino, uma “pílula masculina”. Os autores trazem que a indústria farmacêutica não teria interesse em investir em um nicho que acredita não haver mercado consumidor, por isso, o que é propagandeado para o público leigo é que, diferentemente do processo de ovulação, a espermatogênese é “extremamente difícil” de ser evitada por meios hormonais. Dessa maneira, a medicalização anticoncepcional recai sobre corpos com útero. Os autores ressaltam como, no caso da sexualidade, acontece o oposto, com a venda de substâncias como Viagra, de público alvo masculino. Radicais diferenças entre a concepção de corpos femininos e masculinos vêm à tona e os autores relembram do lado cultural dos argumentos fisiológicos embasados em “natureza”.

6 Análise e discussão de dados

A seguir, apresento um pequeno “Mapa de literatura” que fiz inspirado na proposta de Diniz (2012), onde dividi os textos que serão analisados aqui em cinco eixos distintos, “Teoria antropológica”, “Gênero e sexualidade”, “Doenças de longa duração”, “Psicofármacos” e “Ciência, ética e indústria farmacêutica”. Esquemas visuais, como o “Mapa de literatura” sugerido pela autora, ajudam a categorizar e contextualizar as referências bibliográficas, sobretudo quando são numerosas

FIGURA I: Diagrama de autores, textos e suas datas de publicação [3]

Percebe-se que a maior parte dos textos encontrados são de temas de gênero e sexualidade. As discussões relacionadas a medicamentos e teoria antropológica e doenças de longa duração estão alinhadas em termos quantitativos. Psicofármacos e ciência, ética e indústria farmacêutica aparecem em quantidade razoável e praticamente equiparada. É importante ressaltar, porém, que a categoria “ciência, ética e indústria farmacêutica” é muito abrangente e engloba pesquisas realizadas em diversos locais: escola, manicômio judiciário, no Senado, em laboratório. Surpreendentemente, dos 25 artigos analisados, apenas uma pesquisa situou-se em laboratório, tratando diretamente da indústria farmacêutica (LÔBO, 2008). A maioria das pesquisas foi feita por meio da análise de discurso de documentos e notícias, ou de pesquisas bibliográficas teóricas. Também foram encontradas pesquisas feitas diretamente com consumidores e usuários, individualmente ou em seus grupos de apoio e uma única feita com médicos (ROHDEN, 2017). Nenhuma das pesquisas, entretanto, foi feita com profissionais farmacêuticos em drogarias, farmácias ou dispensadores de fármacos, o que nos chama atenção para a lacuna teórico-etnográfica descrita por Azize (2017).

A categoria de análise mais discutida entre os textos foi, visivelmente, a de gênero. Classe e raça apareceram nos meandros dos artigos, indissociáveis dos contextos pesquisados. O diálogo com as políticas públicas também foi bastante recorrente. Nenhum dos trabalhos apresentados trata de deficiência ou etnia. As análises etárias, quando apareceram, foram em cenários específicos, restritos às relações do envelhecer com questões de gênero e sexualidade, ou tratando-se de

infância, com diagnósticos de TDAH e hiperatividade. A grande quantidade de trabalhos sobre medicamentos que englobam discussões de gênero e sexualidade chamou atenção. Os textos, mesmo que variados, tinham uma característica de complementaridade: divisões binárias com ênfase naturalista acerca da compreensão de gênero eram críticas comuns dos autores e o marketing farmacêutico enquanto catalisador de vendas de medicamentos de forma diferenciada para homens e mulheres. No geral, os discursos sobre anticoncepção e natalidade eram a forma de medicar mulheres cis, enquanto discursos sobre sexualidade, virilidade e eficácia buscavam majoritariamente o público masculino cisgênero.

As referências bibliográficas que embasam os textos apresentados na primeira seção são hegemonicamente internacionais. A partir da segunda seção, iniciada com textos publicados em 2011, aparecem mais nomes nacionais, porém, estes constam em peso, de fato, só a partir dos textos da terceira seção, após o ano de 2016. Dessas primeiras referências internacionais encontradas na primeira seção, há autores como Bruno Latour, Philippe Pignarre e Michel Foucault, que são citados em praticamente todos os textos aqui discutidos. A origem francesa dos autores frequentemente postos nas referências bibliográficas dos textos em apreço nos dá uma ideia da linha teórica e argumentativa dos autores que compõem uma “Antropologia dos medicamentos” brasileira. Isso demonstra, ainda, a continuidade da influência francesa dentro da Antropologia da Saúde nacional, em concordância com o que indicaram Langdon, Fóller e Maluf (2012).

A partir de 2011, autores brasileiros também

passam a compor mais ostensivamente as referências bibliográficas da produção antropológica nacional. Rogério Azize, Fabíola Rohden e Sônia Maluf são exemplos de autores frequentemente citados entre os textos apresentados neste trabalho. Dessa forma, é possível perceber a temporalidade na qual nomes nacionais passam a se consolidar como referência em saúde e medicamentos, em suas áreas de interesse específicas – seja gênero e seus dispositivos, ou saúde mental, psicofármacos, políticas públicas de acesso à saúde. No currículo Lattes desses três autores, percebe-se que muitos dos artigos são publicados em revistas interdisciplinares com foco em gênero, como a *Cadernos Pagu* e a *Revista Estudos Feministas*, ou da saúde coletiva, como *Cadernos de Saúde Pública*, *Saúde & Sociedade* ou *Physis*. Há também publicações em periódicos da Filosofia, como a *Argumentos*, e *Psicologia*, como o uruguaio *Psicología, Conocimiento y Sociedad*. Dessa forma, é possível verificar que a Antropologia da Saúde empreendida no Brasil não se faz restrita à área das Ciências Sociais, ao menos no que diz respeito à publicação em periódicos. Há um esforço notável em dialogar com outras áreas da saúde, mas também das Humanidades: seja no campo da Filosofia, Psicologia, Farmácia ou História.

Um fator importante a ser discutido é o de só terem sido encontrados artigos sobre medicamentos, a partir do critério de definição dado por Geest (2018), em revistas brasileiras, por mais que também tenha sido criteriosamente pesquisado em revistas latino-americanas como um todo. Mesmo com uni-termos traduzidos para espanhol e inglês, os artigos sobre medicamentos encontrados em revistas mexicanas, argentinas, colombianas, venezuelanas, entre outras, eram focados em outros tipos de cura que não

condizem com a definição farmacológica e industrial buscada aqui. É possível que as palavras-chave escolhidas pelos autores não tenham o enfoque farmacológico e, dessa forma, muitos textos não tenham sido encontrados. Além disso, é relevante lembrar que um dos critérios utilizados na seleção de periódicos foi o de pertencerem ao “estrato superior” Qualis da CAPES, o que pode ter desatendido diversas produções relevantes. Porém, também é possível refletir que o papel crescente da Saúde Coletiva no Brasil nas últimas duas décadas – cujo aumento iniciou-se após a redemocratização do país (LANGDON, FÓLLER e MALUF, 2012) – seja um aspecto importante relacionado ao alto número de publicações nacionais encontradas sobre o tema.

A discrepância entre a quantidade de publicações brasileiras sobre medicamentos, em comparação com as buscas pouco profícuas empreendidas em revistas de outras regiões da América Latina, nos leva à algumas hipóteses: 1) o fato do Brasil ser o 6º maior mercado consumidor de medicamentos no mundo (GUIA DA FARMÁCIA, 2018) impactaria diretamente em nossa produção teórica sobre saúde; 2) o Brasil é o único país do mundo que conta com o Serviço Único de Saúde (SUS) como política de saúde integrada em solo nacional, e a alta procura por terapias farmacológicas pode estar relacionada a isto, mas também às políticas públicas de acesso a medicamentos empreendidas no país, como a lei que regula medicamentos genéricos (BRASIL, 1999) e o programa Farmácia Popular do Brasil (BRASIL, 2006), a política de quebra de patentes no caso da HIV/Aids, ou a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME); 3) por fim, como citado anteriormente, a relevância da

Saúde Coletiva enquanto campo de estudos que integra as Ciências Humanas e Sociais com as Ciências da Saúde, pode ter sido motivadora para que exista maior quantidade de pesquisas sobre medicamentos feitas no Brasil.

Sobre as ambiguidades de uma pharmaceuticalização da saúde no Brasil a partir do uso intenso de medicamentos e as consequências sociais dessa prática, Biehl (2008) reflete

A distribuição gratuita de medicamentos (que inclui psicotrópicos) é um componente importante das iniciativas que visam um sistema universal de saúde mais eficiente e econômico. Mas é também o vetor de uma crescente farmacopolização da saúde pública em detrimento de outras iniciativas preventivas e de infraestrutura. Produtos farmacêuticos tornaram-se uma ferramenta fundamental nas deliberações sobre quem vive e a que custo vive. (BIEHL, 2008: 440)

Essas três hipóteses estão diretamente relacionadas a um contexto mais amplo, tanto político, social, econômico e histórico do Brasil e região. Não é possível, portanto, desvincular uma hipótese da outra ou sequer encontrar uma única explicação que abranja o amplo fenômeno de tamanha notoriedade dos medicamentos no contexto de acesso à saúde no país.

7 Conclusão

Ainda que o Brasil seja um dos grandes mercados consumidores de medicamentos, cabe lembrar que a busca pela cura na indústria farmacêutica não é um fenômeno nacional, mas algo presente na cultura ocidental em geral. O consumo de medicamentos é a base da medicina moderna alopática e, como todo costume, é indissociável da época e do contexto político-econômico no qual vivemos. Diversas

facetadas dos medicamentos foram exploradas nos artigos aqui apresentados: tanto a característica de operarem como “tecnologias morais” (BIEHL, 2008), ou o “dispositivo das drogas” (VARGAS, 2006) que diferencia a pretensão terapêutica da pretensão recreativa, seja a “linguagem da serotonina” (AZIZE, 2008) pelo qual são propagandeados os psicofármacos, os medicamentos são, de fato, potentes “atalhos etnográficos” (FLEISCHER, 2012) pelos quais podemos conhecer aspectos centrais da vida de quem se quer pesquisar. Há distintas regras, costumes, símbolos e significados impostos a esses objetos, conforme discutido de diferentes formas nos artigos apresentados aqui.

A medicalização da vida social e a patologização de características comuns ao corpo humano e seus ciclos biológicos foram características comuns que embasaram praticamente todos os textos apresentados. Assim como cura, os medicamentos podem aparecer como causadores de novas reações indesejadas, como efeitos colaterais e iatrogênicos. Servem, em muitos casos, para promover autonomia e bem-estar para o paciente e sua família, mas também podem ser utilizados como tecnologias de poder que vigiam, controlam e exercem autoridade sobre certos corpos.

Mas em diversos ambientes, em seus contextos mais amplos e distintos, os medicamentos apareceram como objetos atuantes em redes complexas e centrais. São objetos compostos por substâncias e químicas cujo princípio ativo biológico não se desvincula, nem por um momento, do plano simbólico que perfaz a cultura. No que diz respeito aos medicamentos e a produção antropológica brasileira, por mais que existam lacunas teóricas e locais ainda pouco pesquisados, parece haver um foco crescente

nestes pequenos objetos. Como trazido por Desclaux (2006) no início deste artigo, os medicamentos continuam um “objeto de futuro na Antropologia”, catalisadores das mais diversas ambiguidades e possibilidades a serem discutidas e pesquisadas.

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

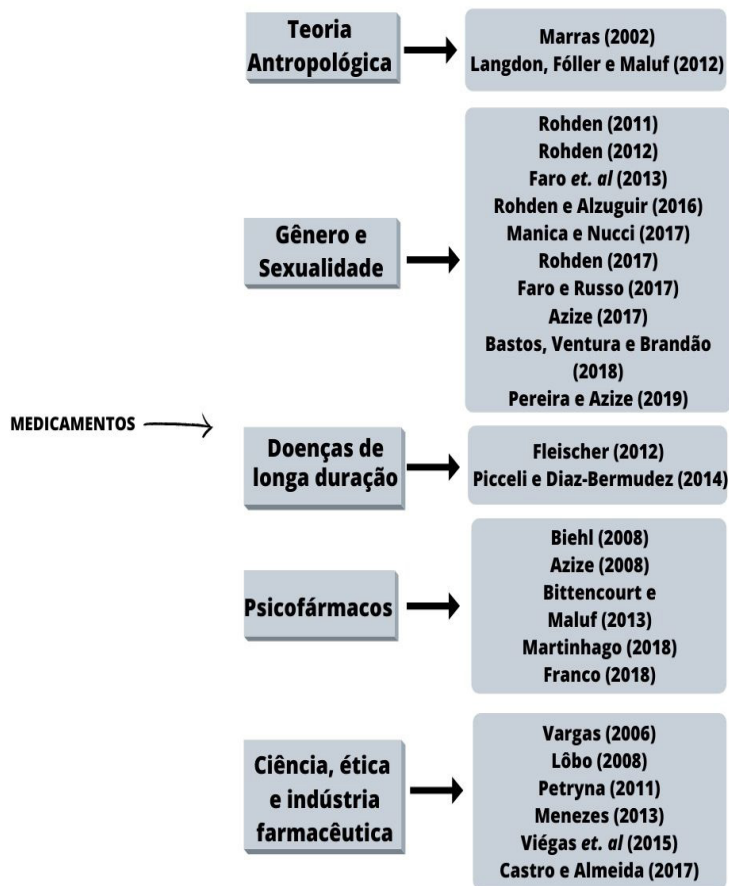
*Graduanda em Antropologia pela Universidade de Brasília E-mail: anaclaudiadecamargo@hotmail.com

NOTAS

[1] Grupo de Trabalho foi coordenado por Soraya Fleischer, Guido Korman e Rogério Azize.

[2] “Pharmaceuticals are industrially manufactured substances to diagnose, treat, or prevent disease or to regulate fertility. They are produced in various forms such as tablets, capsules, powders, fluids, sprays, vaccines, and ointments. The term “medicines” is commonly used as a synonym for “pharmaceuticals” but there is a significant difference: the former covers remedial substances in any medical tradition whereas the latter is restricted to the industrially produced medicines in the biomedical tradition. The term is therefore convenient for excluding non-biomedical medicines such as herbs, amulets, and sacred objects from discussions in medical anthropology, without sounding overly ethnocentric.” (GEEST, 2018:1).

[3] Figura I: Diagrama de autores, textos e suas datas de publicação. Fonte: elaboração da autora, 2020.



do cérebro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 7-30, Apr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Feb. 2020.

BASTOS, Luiza Lena; VENTURA, Miriam; BRANDÃO, Elaine Reis. Entre a biomedicina, a saúde pública e os direitos: um estudo sobre os argumentos do Consórcio Internacional sobre Contracepção de Emergência para promover o acesso aos contraceptivos de emergência em “países em desenvolvimento”. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 53, e185309, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S010483332018000200501&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev. 2020.

BIEHL, João. Antropologia do Devir: psicofármacos – abandono social – desejo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, V. 51, N. 2, 2008.

BITTENCOURT, Silvia Cardoso; CAPONI, Sandra; MALUF, Sônia. Medicamentos antidepressivos: inserção na prática biomédica (1941 a 2006) a partir da divulgação em um livro-texto de farmacologia. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 219-247, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132013000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 fev. 2020.

BRASIL, Portaria nº 491, de 09 de março de 2006. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/farmacia-popular/legislacao>. Acesso em: 29 fev. 2020.

BRASIL, LEI 9.787/1999 (LEI ORDINÁRIA) 02/10/1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9787.html. Acesso em: 29/02/2020.

CASTRO, Rosana; ALMEIDA, Rafael. Testemunho, evidência e risco: reflexões sobre o caso da fosfoetanolamina sintética. *Anuário Antropológico* [Online], I | 2017.

Referências Bibliográficas

AZIZE, Rogério Lopes. Contracepções diversas: uma leitura crítica do dossiê “Contracepção de emergência no Brasil: desafios para a assistência farmacêutica”. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 1156-1162, 2017.

_____. Antropologia e medicamentos: uma aproximação necessária. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.4, n.1, jan.-jun., p.134-139, 2012.

_____. Uma neuro-weltanschauung? Fisicalismo e subjetividade na divulgação de doenças e medicamentos

Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aa/1637>>
Acesso em: 26 fev 2020.

CASTRO, Rosana. Antropologia dos medicamentos: uma revisão teórico-metodológica. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.4, n.1, jan.-jun., p.146-175, 2012.

DESCLAUX, Alice. O medicamento, um objeto de futuro na antropologia da saúde. *Revista Mediações*, Londrina, V. 11, N. 2, p. 113-130, Jul./Dez. 2006.

DIEHL, Eliana; ALMEIDA, Ledson. Medicamentos em contexto local indígena: A “farmácia caseira” Xokleng, Santa Catarina. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.4, n.1, jan.-jun., p.189-206, 2012.

DINIZ, Debora. Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa. Brasília: Letras Livres. 108 pp, 2012.

FARO, Livi et al. Homem com “H”: ideais de masculinidade (re)construídos no marketing farmacêutico. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 40, p. 287-321, June 2013.

FLEISCHER, Soraya. Uso e Circulação de Medicamentos em um Bairro Popular Urbano na Ceilândia, DF. *Saúde Soc. São Paulo*, v.21, n.2, p.410-423, 2012.

FRANCO, Túlio Maia. “O comprimido entra e o chip sai”: uma análise etnográfica da medicalização da periculosidade em um manicômio judiciário. *Campos - Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 19, n. 2, jul. 2019. ISSN 2317-6830. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/65096>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

GEEST, van der Sjaak. Pharmaceuticals. In H. Callan (Ed.), *The International Encyclopedia of Anthropology* (Vol. 9). Hoboken, NJ: Wiley Blackwell. 2018.

Brasil é o sexto maior mercado farmacêutico do mundo. *GUIA DA FARMÁCIA*, 22 de junho de 2018. Disponível em: <<https://guiadafarmacia.com.br/materia/brasil-e-o>

>. Acesso em: 25 de ago. de 2020.

LANGDON, Esther; FOLLÉR, Maj-Lis; MALUF, Sônia. Um balanço da antropologia da saúde no Brasil e seus diálogos com as antropologias mundiais. *Anuário Antropológico [Online]*, I | 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/254> Acesso em: 27 fev. 2020.

LÔBO, Sônia. Das formas de controle e disciplinarização à resistência operária no cotidiano fabril: o trabalho na indústria farmacêutica. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez, p. 343 a 354, 2008.

MANICA, Daniela. A vida social dos medicamentos: etnografias e escolhas. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.4, n.1, jan.-jun., p.176-188, 2012.

MANICA, Daniela; NUCCI, Marina. Sob a pele: Implantes subcutâneos, hormônios e gênero. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 93-129, jan./abr. 2017.

MARRAS, Stelio. Os medicamentos e seus ambientes: O local como condição para o universal. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.4, n.1, jan.-jun., p.235-246, 2012.

_____. Ratos e homens – e o efeito placebo: um reencontro da cultura no caminho da natureza. *Revista Campos* 2:117-133, 2002.

MARTINHAGO, Fernanda. TDAH e Ritalina: neuronarrativas em uma comunidade virtual da Rede Social Facebook. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 3327-3336, out. 2018.

MENEZES, Rachel. A medicalização da esperança: Reflexões em torno da vida, saúde/doença e morte. *Amazônica, Revista Antropológica (Online)* 5 (2): 478-498, 2013.

PEREIRA, Georgia Martins Carvalho; AZIZE, Rogerio Lopes. “O problema é a enorme produção de espermatozoides”: concepções de corpo no campo da contracepção masculina. *Saúde soc.*, São Paulo, v.28, n.2, p.147-159, 2019.

PETRYNA, Adriana. Experimentalidade: ciência, capital e poder no mundo dos ensaios clínicos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 127-160, jan./jun. 2011.

PICELLI, Isabelle; DIAZ-BERMUDEZ, Ximena Pamela. Será que esse remédio vai valer a pena mesmo? Estudo antropológico sobre a adesão às terapias antirretrovirais entre grupos de mútua ajuda de pessoas vivendo com HIV/ aids. *Saúde soc.*, São Paulo , v. 23, n. 2, p. 496-509, June 2014.

ROHDEN, Fabíola. Sexual desire, testosterone and biomedical interventions: managing female sexuality in “ethical doses”. in: *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 14, n.3., 2017.

_____. Capturados pelo sexo: a medicalização da sexualidade masculina em dois momentos. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 17, n. 10, p. 2645-2654, Oct. 2012.

_____. “O homem é mesmo a sua testosterona”: promoção da andropausa e representações sobre sexualidade e envelhecimento no cenário brasileiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 161-196, jan./jun. 2011.

ROHDEN, Fabíola; ALZUGUIR, Fernanda Vecchi. Desvendando sexos, produzindo gêneros e medicamentos: a promoção das descobertas científicas em torno da ocitocina. *Cad. Pagu*, Campinas, n.48, 2016.

SEGATA, Jean. Parecidos, o suficiente: Nós e os outros humanos, os animais de estimação. *Revista de Antropologia*

Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.4, n.1, jan.-jun., p.207-234, 2012.

VARGAS, Eduardo Viana. Uso de drogas: a alteração como evento. *Rev. Antropol.*, São Paulo , v. 49, n. 2, p. 581-623, 2006.

VIEGAS, Lygia de Sousa; HARAYAMA, Rui Massato; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Apontamentos críticos sobre estigma e medicalização à luz da psicologia e da antropologia. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro ,